



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS

PROVA TIPO

1

Cargo (Nível Superior – NS):

04. AGENTE DE CONTROLE EXTERNO/ DIREITO

Prova de Conhecimentos Gerais,
Específicos e Especializados

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo(a) Fiscal.
2. Antes de iniciar a prova, confira se o tipo da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da etiqueta da banca e da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique, também, se contém **100 (cem)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
4. O tempo disponível para esta prova é de **5 (cinco) horas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
5. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da aplicação.
6. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, confira seu nome, número do seu documento de identificação, tipo de prova e cargo escolhido.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas** de questões objetivas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** de questões objetivas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo:

	A	B	C	D	E
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada, emendada ou com "X", não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica, considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos(as) os(as) candidatos(as).
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao(à) **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** de questões objetivas, e **assine a Lista de Presença**.
14. Na sala que apresentar apenas 1 (um/uma) Fiscal, os(as) 3 (três) últimos(as) candidatos(as) somente poderão ausentar-se da sala juntos, após a **assinatura da Ata de Encerramento** de provas.
15. **Assine** este Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):

TCE/AL

Edital nº 01/2022

2022

CONHECIMENTO GERAL – LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

O cortiço

O rumor crescia, condensando-se; o zunzum de todos os dias acentuava-se; já se não destacavam vozes dispersas, mas um só ruído compacto que enchia todo o cortiço. Começavam a fazer compras na venda; ensarilhavam-se discussões e rezingas; ouviam-se gargalhadas e pragas; já se não falava, gritava-se. Sentia-se naquela fermentação sanguínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulhavam os pés vigorosos na lama preta e nutriente da vida o prazer animal de existir, a triunfante sensação de respirar sobre a terra.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 1970. p. 28.

No texto, há uma expressão zoomórfica. Assinale a alternativa que exemplifica essa expressão.

- A) “a triunfante sensação de respirar sobre a terra”
- B) “o zunzum de todos os dias acentuava-se”
- C) “Começavam a fazer compras na venda”
- D) “O rumor crescia, condensando-se”
- E) “ouviam-se gargalhadas e pragas”

QUESTÃO 02

Cem anos de solidão

O presidente da república dirigiu-lhe um telegrama de pêsames, prometia uma investigação exaustiva e rendia homenagem aos mortos. Por ordem sua, o alcaide apresentou-se no enterro com quatro coroas fúnebres que pretendeu colocar sobre os ataúdes, mas o coronel o botou no olho da rua. Depois do enterro, redigiu e entregou pessoalmente um telegrama violento para o presidente da república, que o telegrafista se negou a despachar. Então ele o enriqueceu com termos de singular agressividade, meteu-o num envelope e o despachou pelo correio.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 261.

Em qual das alternativas, todos os termos sublinhados exercem a mesma função sintática?

- A) “Então ele o enriqueceu com termos de singular agressividade, meteu-o num envelope e o despachou pelo correio”
- B) “O presidente da república dirigiu-lhe um telegrama de pêsames, prometia uma investigação exaustiva e rendia homenagem aos mortos”
- C) “o alcaide apresentou-se no enterro com quatro coroas fúnebres que pretendeu colocar sobre os ataúdes, mas o coronel o botou no olho da rua”
- D) “Depois do enterro, redigiu e entregou pessoalmente um telegrama violento ao presidente da república, que o telegrafista se negou a despachar”
- E) “que o telegrafista se negou a despachar. Então ele o enriqueceu com termos de singular agressividade, meteu-o num envelope e o despachou pelo correio”

QUESTÃO 03

DIA DOS NAMORADOS



Disponível em: <<https://d.gazetadealagoas.com.br/charges/356728/charge-de-adnael-silva---11-e-12062022>>. Acesso em: 27. ago. 2022 (adaptada).

Do ponto de vista sintático, é correto afirmar:

- A) há no texto um período simples com sujeito exposto na frase.
- B) quis te dar, no texto, é uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- C) a oração sempre quis pode ser classificada como subordinada reduzida de infinitivo.
- D) o termo sempre, no texto, é um adjunto adverbial de tempo, e a expressão bem caro é um predicativo do sujeito.
- E) a forma pronominal te e a expressão um presente bem caro desempenham, respectivamente, as funções sintáticas de objeto indireto e de objeto direto, sendo a forma verbal dar bitransitiva.

QUESTÃO 04

Sobre a brevidade da vida

Coloco em primeiro lugar aqueles que nunca estão disponíveis para nada, senão para o vinho e para os prazeres carnisais. Outros, embora se prendam à imagem da glória, erram honradamente. Podes me enumerar os avarentos, os raivosos ou os que se entregam a ódios e injustas guerras. Eles, pelo menos, pecam de forma mais viril. Todavia, os que se abandonam à gula e aos prazeres carnisais se degradam de forma desonrosa.

SÊNECA. *Sobre a brevidade da vida*. Porto Alegre: L&M Pocket, 2015. p. 40.

As opiniões de Sêneca se referem

- A) a perfis humanos destoantes, embora vinculados à mesma capacidade de errar.
- B) à paridade de perfis psicológicos entre os indivíduos humanos.
- C) às virtudes daqueles que se entregam aos prazeres carnisais.
- D) ao sentimento de culpa dos dois perfis humanos citados.
- E) à capacidade humana de pecar honradamente.

QUESTÃO 05



Disponível em: <<http://professormarcoscortinovis.blogspot.com/2013/07/pronomes-demonstrativos.html>>. Acesso em: 27. ago. 2022.

No trecho da tirinha: “Esse deve ser o tal indicador de desemprego de que tanto se fala”, é correto afirmar que o pronome “esse”

- A) significa que o dedo indicador da personagem consegue apontar para o passado e o futuro.
- B) ajuda a personagem a perceber-se na realidade do trabalho por meio da interjeição “Ah”.
- C) aponta para dois aspectos do texto: o dedo indicador e o indicador de desemprego.
- D) traz uma perspectiva de reflexão acerca da relação entre patrão e empregado.
- E) refere-se ao problema do desemprego que está sendo muito falado ultimamente.

QUESTÃO 06

“Se a pessoa já começou a desenvolver os primeiros sintomas, o ideal é procurar um serviço médico, para um diagnóstico assertivo diferenciando de outras doenças que podem ser clinicamente semelhantes e podem confundir”.

No excerto, do ponto de vista gramatical,

- A) há a presença da conjunção integrante **QUE** em “que podem ser...”.
- B) há um período estruturado por orações coordenadas sindéticas e assindéticas.
- C) a primeira oração é classificada como uma condicional, e a última, como um coordenada sindética.
- D) a primeira oração é classificada como principal, e a última, como relativa, uma vez que é encabeçada pelo pronome **QUE**.
- E) há um período estruturado por orações subordinadas adverbiais e substantivas, não apresentando outros arranjos sintáticos.

QUESTÃO 07

Poema de sete faces

Carlos Drummond de Andrade

Quando nasci, um anjo torto
 desses que vivem na sombra
 disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.
 As casas espiam os homens
 que correm atrás de mulheres.
 A tarde talvez fosse azul,
 não houvesse tantos desejos.
 O bonde passa cheio de pernas:
 pernas brancas pretas amarelas.
 Para que tanta perna, meu Deus,
 pergunta meu coração.
 Porém meus olhos
 não perguntam nada.
 O homem atrás do bigode
 é sério, simples e forte.
 Quase não conversa.
 Tem poucos, raros amigos
 o homem atrás dos óculos e do bigode.
 Meu Deus, por que me abandonaste
 se sabias que eu não era Deus
 se sabias que eu era fraco.
 Mundo mundo vasto mundo,
 se eu me chamasse Raimundo
 seria uma rima, não seria uma solução.
 Mundo mundo vasto mundo,
 mais vasto é meu coração.
 Eu não devia te dizer
 mas essa lua
 mas esse conhaque
 botam a gente comovido como o diabo.

Disponível em: <<https://www.culturagenial.com/poemas-de-carlos-drummond-de-andrade/>>. Acesso em: 27. ago. 2022.

Sobre o eu-lírico desse poema, é correto afirmar que se chama “Carlos”

- A) e parece estar sobressaltado com a vastidão do mundo que observa a seu redor.
- B) e, assim como o anjo determinou, foi ser gauche na vida e tem bigode e óculos.
- C) e foi trazido ao mundo por um anjo; por isso, não sabe bem como lidar com a humanidade.
- D) e seu apelido é “gauche”, e, apesar de ser trazido por um anjo, comove-se como um diabo.
- E) e está inconformado com a quantidade de pessoas que andam de bonde e bebem conhaque.

QUESTÃO 08

Como Poe, poeta louco americano

Eu pergunto ao passarinho:

Blackbird, assum preto, o que se faz?

Raven, never, raven, never, raven, never, raven, never, raven

Assum preto, pássaro preto, *blackbird*, me responde: Tudo já ficou atrás

BELCHIOR. Velha roupa colorida. PolyGram, 1976.

Quanto à intertextualidade nos versos de Belchior, assinale a alternativa correta.

- A) Os termos em inglês se entrecruzam em seus significados à interpretação geral do texto. Como se pode ver, há uma relação sinonímica provocada por alternância de línguas: “*blackbird*” (pássaro preto), *raven* (corvo), assum preto.
- B) Há uma composição de um quadro panorâmico nos versos de Belchior, já que “*blackbird*” (pássaro preto), “*raven*” (corvo) e “assum preto” são expressões provenientes da poesia de Poe.
- C) Os termos em línguas distintas, embora apresentem similaridade de sentido, provocam efeitos antonímicos, ou seja, o paralelismo é por diferença e não por semelhança.
- D) Essas interconexões linguísticas são alheias à ideia central do texto. Portanto, é possível concluir que os estrangeirismos provocam simplesmente efeitos estéticos.
- E) São relações de efeito poético, as quais desconsideram os cruzamentos de significados existentes em texto de estrutura linguística híbrida.

QUESTÃO 09

Dados os seguintes enunciados quanto ao uso do acento grave,

- I. À noite, todos os gatos são pardos.
- II. Dr. João Pestana, à partir da próxima segunda-feira, atenderá a tarde em novo endereço.
- III. O terapeuta, a moda de Freud, acredita que há processos psíquicos inconscientes.
- IV. O poeta, à 10m de distância, enxergou à amada.
- V. Nosso desejo é namorar Judite às escondidas.

assinale a alternativa correta.

- A) Em II, o uso do acento grave foi violado duas vezes, sendo na expressão, “à partir”, um caso facultativo.
- B) Em IV, as duas ocorrências do acento grave expressam usos adequados da crase no Português.
- C) Em III, não há violação à norma culta padrão da escrita do Português quanto ao uso da crase.
- D) Em I, o uso do acento grave justifica-se por se tratar de locução adverbial feminina.
- E) Em V, na locução “às escondidas”, o uso da crase é facultativo.

QUESTÃO 10

Apesar de a varíola transmitida pelo vírus *Monkeypox* ser considerada uma doença autolimitada, que geralmente se cura sozinha, em alguns casos pode haver a necessidade de um tratamento medicamentoso específico, sobretudo entre pessoas imunossuprimidas, segundo especialistas e órgãos governamentais de saúde. Já são mais de 1.000 casos confirmados da doença fora da África, onde ela é endêmica, que vem se espalhando pelo mundo nas últimas semanas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Por isso, ao aparecer os primeiros sintomas, mesmo que suspeitos, é importante procurar atendimento médico para prescrição da melhor conduta, afirma a diretora do Laboratório de Virologia do Instituto Butantan, Viviane Botosso.

“Se a pessoa já começou a desenvolver os primeiros sintomas, o ideal é procurar um serviço médico, para um diagnóstico assertivo diferenciando de outras doenças que podem ser clinicamente semelhantes e podem confundir. Em caso confirmado, é necessário isolar o paciente e iniciar o tratamento preconizado”, diz Viviane.

Os principais sintomas atribuídos ao *Monkeypox* são febre, dores no corpo e na cabeça, calafrios e exaustão, que podem durar em média três dias. Eles são seguidos de lesões na pele que evoluem em cinco estágios, conhecidos como mácula, pápulas, vesículas, pústulas e finalmente crostas, estágio final quando caem. É principalmente o contato com elas que causa a transmissão do vírus para outras pessoas.

Disponível em: < <https://butantan.gov.br/noticias/o-que-e-recomendado-e-o-que-deve-ser-descartado-no-tratamento-da-variola-causada-pelo-monkeypox> >. Acesso em: 27. ago. 2022.

Sobre o texto em tela, é correto afirmar que, do ponto de vista argumentativo,

- A) o texto pode ser sintetizado como um alerta ao risco de pandemia pelo Monkeypox.
- B) o autor segue um viés neutro, em que as informações sobre o vírus são tratadas de modo a não utilizar operadores argumentativos.
- C) uma das estratégias utilizadas é o discurso reportado de autoridade, quer por meio de instituição, quer por meio de especialista sobre o vírus Monkeypox.
- D) as expressões “apesar de” e “por isso”, que iniciam o primeiro e segundo parágrafos, respectivamente, são semanticamente destituídas de sentido no texto.
- E) a autora do texto, Viviane, reforça, no terceiro parágrafo (“Se a pessoa [...] o tratamento preconizado”), a ideia principal veiculada pelo texto; por isso, o excerto aparece entre aspas.

QUESTÃO 11

Faltando um pedaço

Djavan

O amor é um grande laço
Um passo pr'uma armadilha
Um lobo correndo em círculo
Pra alimentar a matilha

Comparo sua chegada
Com a fuga de uma ilha
Tanto engorda, quanto mata
Feito desgosto de filha
De filha

[...]

Disponível em: <<https://www.lettras.com/djavan/45524/>>. Acesso em: 27. ago. 2022.

Há, no texto,

- A) eufemismo e ironia, na primeira estrofe, e catacrese, na segunda.
- B) eclipse e hipérbato, na primeira estrofe, e metáfora, na segunda.
- C) hipérbole e aliteração, na primeira estrofe, e comparação, na segunda.
- D) anáfora e metáfora, na primeira estrofe, e hipérbole, na segunda.
- E) metáfora e prosopopéia, na primeira estrofe, e comparação, na segunda.

QUESTÃO 12

Toda a vida da alma humana é um movimento na penumbra. Vivemos, num lusco-fusco da consciência, nunca certos com o que somos ou com o que nos supomos ser. No melhor de nós, vive a vaidade de qualquer coisa, e há um erro cujo ângulo não sabemos. Somos qualquer coisa que se passa no intervalo do espetáculo. Por vezes, por algumas portas, entrevemos o que talvez não seja senão cenário. Todo mundo é confuso como vozes na noite.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 63.

O autor do texto

- A) abdica das metáforas ao falar de incertezas e dúvidas humanas em tom narrativo.
- B) mostra que a vida é um paradoxo que se associa à consistência e às certezas.
- C) prescinde de estruturas simbólicas da linguagem poética, face à intenção confessional.
- D) apropria-se da metáfora, em tom poético e narrativo para relevar a inconsistência da vida.
- E) traz uma variável alegórica para confirmar a natureza racional e objetiva de seu ponto de vista.

QUESTÃO 13

Imagine um grupo de pessoas que habitam o interior de uma caverna subterrânea. Elas estão de costas para a entrada da caverna e acorrentadas no pescoço e nos pés, de sorte que tudo o que veem é a parede da caverna. Atrás delas, ergue-se um muro alto e por trás desse muro passam figuras de formas humanas sustentando outras figuras que se elevam para além da borda do muro. Como há uma fogueira queimando atrás dessas figuras, elas projetam sombras bruxuleantes na parede da caverna. Assim, a única coisa que as pessoas da caverna podem ver é este teatro de sombras. E como essas pessoas estão ali desde que nasceram, elas acham que as sombras que veem são a única coisa que existe.

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 105.

Considere os fragmentos expostos e assinale a alternativa cuja reescrita – entre parênteses – provocou dano à variável culta da língua.

- A) “Imagine um grupo de pessoas que habitam o interior de uma caverna subterrânea” (Imagine um grupo de pessoas que habita o interior de uma caverna subterrânea).
- B) “Atrás delas, ergue-se um muro alto e por trás desse muro passam figuras de formas humanas” (Por trás delas, um muro alto é erguido. Por trás desse muro, projetam-se figuras de formas humanas).
- C) “E como essas pessoas estão ali desde que nasceram, elas acham que as sombras que veem são a única coisa que existe” (Estando ali desde que nasceram, essas pessoas pensam, que as sombras são a única coisa que existe).
- D) “Como há uma fogueira queimando atrás dessas figuras, elas projetam sombras bruxuleantes na parede da caverna” (Sombras bruxuleantes são projetadas na parede da caverna, pois há uma fogueira que queima atrás dessas figuras).
- E) “Elas estão de costas para a entrada da caverna e acorrentadas no pescoço e nos pés, de sorte tudo o que veem é a parede da caverna” (De costas para a entrada da caverna e acorrentadas no pescoço e nos pés, o que se lhes apresenta, de sorte, é a parede da caverna).

QUESTÃO 14

Na manhã de ontem, 65% dos moradores de São Joaquim vai acordar com casa nova, promete o prefeito. Grande parte deles perderam suas moradias por causa do temporal ocorrido no mês de julho de 2021. Para receber o benefício, o morador necessita cadastro nos programas sociais da Prefeitura, o que implica a aceitação tácita das regras previamente estabelecidas para ter direito a casa própria.

Do ponto de vista gramatical, os trechos em destaque apresentam, respectivamente, desvios referentes a:

- A) regência verbal, regência nominal e crase.
- B) regência nominal, regência nominal e crase.
- C) concordância nominal, concordância verbal e crase.
- D) concordância verbal, regência verbal e regência nominal.
- E) concordância verbal, regência nominal e regência verbal.

QUESTÃO 15

Até o fim

Chico Buarque e Ney Matogrosso

Quando nasci veio um anjo safado
O chato dum querubim
E decretou que eu tava predestinado
A ser errado assim
Já de saída a minha estrada entortou
Mas vou até o fim

O trecho parece ter uma coincidência em relação ao nascimento do eu-lírico “Carlos”, no “Poema de sete faces”, de Carlos Drummond de Andrade. Veja:

Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.

O fenômeno linguístico-discursivo que explica essa coincidência de fatos entre um texto anterior e outro posterior é denominado de

- A) intermodalidade.
- B) intertextualidade.
- C) interconectividade.
- D) interseção de textos.
- E) inter-relacionamento.

QUESTÃO 16

Eis um exemplo da física que parece desafiar qualquer esforço racional de interpretação: o chamado emaranhado quântico. Trata-se de uma propriedade de certos sistemas quânticos tão exótica que Einstein batizou de ação fantasmagórica. O estranho aqui é que esse emaranhado parece implicar que a velocidade da luz não é a velocidade limite na natureza.

GLEISER, Marcelo. *A simples beleza do inesperado*. Rio de Janeiro, Record, 2016. p. 83.

Quanto ao texto, é correto afirmar:

- A) há uma complexidade nos fenômenos físicos; todavia, a chamada “ação fantasmagórica” obedece à nossa capacidade de catalogar e cartografar os vieses que a compõem a partir de atividades racionais e antropomórficas.
- B) se Einstein vê o emaranhado cósmico como “ação fantasmagórica”, compreende-se que, por um ato racional, seria capaz de aplicar ao fenômeno conceitos e valores categóricos.
- C) se o emaranhado quântico desafia a interpretação racional, há em seu construto uma transcendência capaz de desafiar ações antropomórficas sobre os fenômenos físicos.
- D) a velocidade da luz constitui uma matriz hermética à velocidade limite da natureza, ou seja, ambas se equivalem, ambas se configuram numa relação de paridade.
- E) o emaranhado quântico também é uma ação antropomórfica sobre os fenômenos físicos, mesmo sendo um fantasma para Einstein.

QUESTÃO 17

É sempre sobre um fundo fixo, é sempre sobre órbitas há muito estabelecidas, que o conhecimento se torna possível. Muito ao contrário de buscar a verdade, o conhecimento tem como função traduzir o desconhecido em conhecido, com o objetivo de tornar ordenado – o que pode ser substituído por humanizado – o que é caótico, o que é devir. Saber, portanto, não é conhecer, mas esquematizar, simplificar, traduzir a pluralidade, o excesso em um esquema reduzido de sinais.

MOSÉ, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 139.

Assinale a alternativa que traduz um argumento correto em relação ao texto.

- A) Os saberes desconhecidos são ordenados a fim de que a verdade se estabeleça a partir da pluralidade dos fenômenos.
- B) O caos é posterior ao processo de ordenamento, cujo objetivo é mapear e simplificar um mundo desconhecido.
- C) O conhecimento torna a verdade mapeada, simplificada e a reintegra ao conjunto de saberes humanos.
- D) O processo de ordenamento da pluralidade transforma o que é conhecido em saberes desconhecidos.
- E) O ato de transformar o desconhecido em conhecido é uma ação humana de ordenação do caos.

QUESTÃO 18

Longa foi a agonia, longa e cruel, de uma crueldade minuciosa, fria, repisada, que me encheu de dor e estupefação. Era a primeira vez que eu via morrer alguém. Conhecia a morte de oitiva; quando muito a tinha visto já petrificada no rosto de algum cadáver, que acompanhei ao cemitério, ou trazia a ideia embrulhada nas amplificações de retórica dos professores de coisas antigas – a morte aleivosa de César, a austera de Sócrates, a orgulhosa de Catão. Todavia esse duelo do ser e do não ser, a morte em ação, dolorida, contraída, convulsa, sem aparelho político ou filosófico, a morte de uma pessoa amada, essa foi a primeira vez que a pude encarar. Não chorei; lembro-me de que não chorei.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 73.

Das alternativas, assinale a correta.

- A) A conjunção **todavia** , em “Todavia esse duelo do ser e do não ser”, confirma uma dualidade conceitual a respeito da morte: a morte como entidade distante e a morte como sensibilidade afetiva.
- B) A expressão **de oitiva** , em “Conhecia a morte de oitiva”, indica a experiência prévia do narrador no seu parecer sobre a morte como algo cotidiano, reconhecido pelas consequências.
- C) O **que** , em “que me encheu de dor e estupefação”, comporta-se na estrutura sintática do período como complemento verbal; por isso, reporta-se a um termo anterior.
- D) A preposição **de** , em “lembro-me de que não chorei”, aparece como elemento expletivo, ou seja, apenas para realçar a estrutura morfossintática.
- E) O pronome **essa** , em “essa foi a primeira vez que a pude encarar”, reporta-se a uma opinião posterior ao fato referenciado.

QUESTÃO 19

As experiências de retorno às aulas durante os dois primeiros anos de enfrentamento à Covid-19, portanto período de 2020/2021, mostraram realidades distintas e permitem uma análise sobre medidas administrativas e decisões tomadas em meio a muitas incertezas e pânico. Em Taiwan (China), adotou-se estratégia anteriormente utilizada durante a pandemia do vírus H1N1, em 2009, ou seja, fechamentos temporários e localizados, baseados nas taxas de infecção locais, em conjunto com medidas de saúde e segurança no ambiente escolar (UNESCO, 2020).

Em Israel, as escolas fecharam em 13 de março e reabriram em 17 de maio de 2020. A partir de 26 de maio iniciou-se um surto de transmissão em massa, que forçou um novo fechamento de todas. As classes na primeira escola atingida tinham mais de trinta alunos e a maior parte dos alunos participavam de atividades extracurriculares (IPEA, 2020, p. 8). Já na Alemanha os principais jornais norte-americanos, entre estes o *New York Times Journal* (2021), tornaram públicas as suas práticas, onde as aulas se deram com observância do regime semipresencial a partir de setembro de 2020 em função da capacidade e habilidade em gerenciar a crise observando rigorosamente diretrizes da Organização Mundial da Saúde (ONU, 2021c) e diferenciais, tais como, testagem em massa com resultados rápidos para a Covid-19. A Inglaterra também adotou os protocolos sugeridos pela *WHO* (2020) de forma rigorosa, com ampla testagem e isolamento das turmas e famílias dos alunos em que a testagem identificou a presença do Coronavírus.

Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/14239>>. Acesso em: 29. ago. 2022.

A partir da leitura do texto, depreende-se que

- A) cada país adotou estratégias e protocolos próprios com vistas ao retorno às aulas e a uma cobertura vacinal adequada ao combate à COVID-19.
- B) diferentes países adotaram medidas semelhantes para o combate à COVID-19, tendo como resultados a diminuição da taxa de contaminação e o retorno das crianças às aulas.
- C) os países adotaram medida semelhante àquelas adotadas na pandemia pelo vírus H1N1, de 2009, com regime semipresencial de aulas, visando à segurança escolar e o restabelecimento das aulas.
- D) a testagem em massa, o fechamento em massa das escolas e o isolamento de crianças com exames positivos para COVID-19 foram medidas adotadas pelos países mencionados no artigo, com vistas à segurança das crianças em idade escolar.
- E) os países mencionados usaram estratégias e protocolos diversos para o retorno às aulas durante o período pandêmico, sendo fechamento localizados ou em massa, aulas semipresenciais, testagem em massa e isolamento de turmas ou famílias que testaram positivo para COVID-19 algumas das medidas tomadas.

QUESTÃO 20

O conceito de norma linguística desde sempre oscila entre uma perspectiva do normal e uma perspectiva do normativo. A primeira é de interesse da sociolinguística e das práticas descritivas da língua; a segunda é o foco de atenção da gramática normativa e das práticas prescritivas. Na sociedade brasileira contemporânea, no entanto, essa separação se torna cada vez mais instável e difusa, dando origem de fato a normas híbridas, em que se confundem prescrições tradicionais e representações do normativo por parte dos diferentes falantes. Nos processos sociais de tradução, essa hibridização fica patente nas diferentes normas que incidem sobre um texto traduzido desde sua produção pelo tradutor até sua impressão definitiva e chegada ao mercado. Entre esses dois polos, diversos agentes normativos interferem na tradução, muitas vezes em franca oposição às opções iniciais do tradutor.

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10546/1/ARTIGO_NormaLinguisticaHibridismo.pdf>. Acesso em: 27. ago. 2022.

Do ponto de vista semântico, é correto afirmar que

- A) “hibridização” constitui um hiperônimo de norma linguística.
- B) “sociolinguística” constitui hipônimo de gramática normativa.
- C) “práticas descritivas” e “práticas prescritivas” constituem antonímia.
- D) “tradução” conota uma clara distinção entre práticas descritivas e práticas prescritivas.
- E) “sociolinguística” e “práticas prescritivas” constituem duas abordagens sobre as línguas, as quais abordam o normal das línguas.

CONHECIMENTO GERAL – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 21

O Estado Moderno como conhecemos teve início com a decadência do feudalismo. Sobre esse início, é correto afirmar que

- A) houve predominância na descentralização política.
- B) o rei, naquela época, submetia-se a um regime fixo de leis.
- C) a sua primeira feição se deu sobre a forma de um Estado absolutista.
- D) a França e a Inglaterra estão entre os dois primeiros Estados Nação a unificar os seus territórios.
- E) havia clara divisão de poderes, como conhecemos hoje, entre os chefes do executivo, legislativo e judiciário.

QUESTÃO 22

O Estado brasileiro não surgiu como um Estado federado, sendo o modelo federativo criado apenas com a Constituição de 1891. Esse modelo foi mantido na nossa atual Constituição de 1988. Dadas as afirmativas,

- I. O modelo federal adotado pela Constituição de 1988 diz que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Sua organização política compreende União, Estados, Distrito Federal e Municípios em forma de hierarquia.
- II. A Constituição Federal de 1988 trouxe mais competências e maiores responsabilidades para os Municípios.
- III. O princípio da predominância do interesse, priorizado na Constituição de 1988, definiu pelo tratamento uniforme dos assuntos de natureza regional e local.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 23

No que se refere à evolução das formas históricas de Estado, observou-se, em um determinado momento, que as decisões sobre políticas públicas vão além de eleger alguém por voto para lhe representar e tomar as decisões que se espera. A própria sociedade passa a interferir nas decisões de governo. Considerando o exposto, qual o conceito de Estado?

- A) Estado liberal.
- B) Estado absolutista.
- C) Estado social-democrático.
- D) Estado liberal democrático.
- E) Estado social-liberal e republicano.

QUESTÃO 24

São características de um Estado Federativo a sua descentralização política, a repartição de competências e uma constituição rígida. Dadas as afirmativas,

- I. A rigidez da nossa Constituição se configura, entre outras coisas, na inexistência do Direito de Secessão.
- II. A existência de uma Corte Constitucional é outra característica que pode ser somada a um Estado Federativo. No Brasil, ela é o Supremo Tribunal Federal.
- III. A possibilidade de intervenção está definida na Constituição Federal, mesmo considerando os entes autônomos.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 25

Dadas as afirmações quanto à decisão de um gestor público na implantação de uma faixa exclusiva para circulação de transporte público, considerando a doutrina Alemã do Direito Administrativo,

- I. Decisão adequada, quando o objetivo é minimizar os problemas de mobilidade urbana.
- II. Decisão necessária, quando se considera que os benefícios gerados superaram os seus custos.
- III. Decisão proporcional, quando fica claro que é aquela que menos limita um direito fundamental.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 26

Em 2019, os noticiários apontavam para a dificuldade de coalizões em parlamentos pelo mundo. Crises de confiança nos partidos tradicionais e dificuldade de uma agenda comum foram apontados como os principais motivos. Dadas as afirmativas,

- I. Em um Sistema Parlamentarista dito negativo, o novo governo precisa demonstrar maioria para tomar posse.
- II. O Chefe de Governo em um sistema Parlamentarista pratica os atos de administração.
- III. A função de chefe de Estado em um sistema parlamentarista pode ser exercida pelo presidente ou pelo monarca.
- IV. O voto de desconfiança é um mecanismo que pode derrubar governos no sistema parlamentarista.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 27

No âmbito da reforma administrativa do Estado Brasileiro, muitos presidentes lançaram ações importantes; algumas são conhecidas até hoje, como as listadas na primeira coluna do quadro:

1. Criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)	() Emílio Médici
2. Criação do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	() Fernando Henrique Cardoso
3. Criou o Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)	() Getúlio Vargas
4. Lançou a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações	() Juscelino Kubistchek
5. Criou a SUDENE e a Escola Brasileira de Administração Pública	() Itamar Franco

Relacione a segunda coluna de acordo com as afirmações contidas na primeira coluna e assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- A) 1, 4, 3, 2, 5
- B) 2, 3, 1, 5, 4
- C) 3, 1, 5, 4, 2
- D) 4, 5, 2, 3, 1
- E) 5, 2, 4, 1, 3

QUESTÃO 28

O Banco Mundial, em um dos seus conceitos sobre governança, diz que é “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”. Cada ação nesse sentido obriga os gestores públicos ao processo de prestação de contas (*accountability*), informando e explicando os seus atos. Segundo a doutrina, a *accountability* pode ocorrer de várias formas. Assinale a alternativa correta.

- A) Quando a mídia livre faz pressão, expondo atos duvidosos de agentes públicos, no exercício do controle social, está praticando uma *Accountability* Horizontal.
- B) Quando os eleitores do Estado escolhem o seu governador, aprovando ou reprovando algum nome na urna eletrônica, estão praticando uma *Accountability* Social.
- C) O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, ao exercer o seu poder institucional com autoridade legal de controlar e aplicar sanções, está praticando uma *Accountability* Social.
- D) O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, ao exercer o seu poder institucional com autoridade legal de controlar e aplicar sanções, está praticando uma *Accountability* Vertical.
- E) O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, ao exercer o seu poder institucional com autoridade legal de controlar e aplicar sanções, está praticando uma *Accountability* Horizontal.

QUESTÃO 29

Para a realização dos trabalhos de auditoria em uma determinada prefeitura municipal, a qual utiliza recursos federais repassados por um determinado programa, foi verificada a necessidade de atuação dos auditores da referida prefeitura, juntamente com os auditores do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal. Cabe a estes o papel de coordenação dos trabalhos de auditoria. Segundo as formas de execução da auditoria, o tipo de auditoria relatada foi executada de forma

- A) integrada.
- B) terceirizada.
- C) centralizada.
- D) compartilhada.
- E) descentralizada.

QUESTÃO 30

O Estado exerce a chamada "função administrativa", que é submetida ao regime jurídico de direito público ou regime jurídico-administrativo. A Administração Pública possui princípios que direcionam suas ações. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 37, são princípios explícitos para a Administração Pública Direta e Indireta:

- A) publicidade e eficiência.
- B) moralidade e excelência.
- C) probidade e economicidade.
- D) indisponibilidade e eficiência.
- E) publicidade e economicidade.

CONHECIMENTO GERAL – AUDITORIA GOVERNAMENTAL

QUESTÃO 31

Nos últimos anos, a sociedade, por meio da imprensa livre, tem tido conhecimento sobre várias situações de supostos atos de corrupção por parte de agentes públicos. Após denúncia dos Ministérios Públicos, alguns casos foram confirmados nos tribunais após tramitação do processo em julgado. Nesse contexto, para minimizar os riscos de corrupção, o *compliance* foi ganhando espaço no setor público.

Dadas as afirmativas sobre a importância do *compliance* na gestão pública,

- I. O *compliance* aponta para a previsibilidade do risco.
- II. O *compliance* evita o risco da integridade.
- III. O *compliance* pode ser entendido como um sistema de gestão.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 32

Definido(s) o(s) _____ que deriva(m) dos objetivos, no planejamento de auditoria, são necessários estabelecer, de maneira atrelada, o(s) _____ que serve(m) de parâmetro para avaliação dos procedimentos adotados e resultados alcançados na gestão pública.

No contexto de Planejamento de Auditoria, assinale a alternativa que completa as lacunas dando sentido à frase.

- A) critérios, objeto
- B) recursos, riscos
- C) objeto, recursos
- D) riscos, cronograma
- E) questionamentos, critérios

QUESTÃO 33

Dadas as afirmativas sobre a execução de uma auditoria de conformidade,

- I. O auditor deve seguir os procedimentos previstos na Matriz de Planejamento.
- II. Busca-se por evidências que comprovem ou não os achados da auditoria.
- III. Os achados são uma fase da auditoria em que a situação encontrada é confrontada com a situação que deveria ocorrer.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 34

O monitoramento representa o final do ciclo de auditoria, após a seleção do objeto, o planejamento, a execução, a confecção do relatório, a apresentação ao(s) gestor(es) responsável(is) pelo órgão/setor auditado, a apreciação e a divulgação. No monitoramento, busca-se entender se as recomendações foram suficientes para produzir as mudanças ou melhorias, se elas produziram o efeito esperado, e, se as deliberações estão sendo implementadas. A respeito do monitoramento, assinale a alternativa correta.

- A) O principal objetivo do monitoramento é saber se as ações foram implementadas.
- B) Os resultados do monitoramento da auditoria, como forma de fornecimento de *feedback*, são exclusivos para os órgãos de controle interno e externo.
- C) O Plano de Ação é uma ferramenta de gestão que norteia o processo de monitoramento da auditoria, tendendo a lhe dar objetividade e maior eficiência.
- D) No monitoramento, o auditor observa se o gestor implementou a solução apontada no relatório para o problema e causas encontrados.
- E) O monitoramento tipo RMON é aquele que pode ser realizado pela requisição de documentos comprobatórios e consultas a sistemas informatizados.

QUESTÃO 35

Controle interno é o processo que busca garantir o cumprimento dos objetivos organizacionais, diante dos riscos de que eles possam não ser concretizados. Por meio dos processos de auditoria, o controle interno busca, entre outras atividades, verificar se o desempenho organizacional está de acordo com os padrões e os objetivos organizacionais, ou seja, por um lado, o planejamento organizacional define os objetivos e, por outro, o controle acompanha a sua condução, a fim de buscar garantias para que os objetivos sejam alcançados. Para tanto, a legislação brasileira determina que sejam realizados três tipos de controle. São eles:

- A) planejamento, execução e organização.
- B) objetivo, subjetivo e consubstanciado.
- C) sistemático, empírico e esporádico.
- D) prévio, concomitante e subsequente.
- E) inicial, intermediário e avançado.

QUESTÃO 36

Considere uma auditoria na folha de pagamento de um hospital público, na qual avaliam pagamentos de insalubridade. Os pagamentos que não satisfizerem certas condições podem ser considerados

- A) objeto da auditoria.
- B) norma da auditoria.
- C) critério da auditoria.
- D) escopo da auditoria.
- E) evidência da auditoria.

QUESTÃO 37

A garantia da qualidade em um processo de auditoria passa por muitos elementos. Um deles é o processo de supervisão, na qual se implantam as regras que buscam as melhores práticas. O TCU, por exemplo, possui um manual exclusivo de orientações para supervisão em auditoria.

Dadas as afirmativas a respeito da supervisão em auditoria,

- I. É papel do Supervisor a revisão do trabalho da equipe na delimitação do objetivo e do escopo da auditoria.
- II. É considerado uma boa prática em auditoria a elaboração da Matriz de Planejamento em duas etapas.
- III. Ao Supervisor cabe a revisão e validação da Matriz de Planejamento.
- IV. O Supervisor observa, sem interferência, as discussões da equipe sobre os achados relevantes que comporão a matriz de achados.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) IV, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 38

No processo de avaliação de riscos, normalmente se usa uma matriz de probabilidade e impacto com escalas qualitativas variando de um a cinco pontos (Probabilidade: 1 = raro, 2 = pouco provável, 3 = provável, 4 = muito provável e 5 = praticamente certo; Impacto: 1 = muito baixo, 2 = baixo, 3 = médio, 4 = alto e 5 = muito alto).

Considere a situação hipotética para definir o nível de risco: A meta de uma Secretaria de Estado é cadastrar nos seus programas sociais 100% das famílias. Diante disso, foram identificados os seguintes eventos de risco que podem afetar o atingimento da meta: falta de alguma documentação para conclusão do cadastro (Impacto = 2 e Probabilidade = 4) e não comparecimento do responsável da família ao local e dia marcado (Impacto = 4 e Probabilidade = 2). Observando as informações apresentadas e a gestão de riscos recomendada pelo TCU, assinale a alternativa correta.

- A) Os níveis de risco dos dois eventos são 2 e 4, respectivamente, sendo o evento do não comparecimento da família ao local e dia marcado o mais importante.
- B) Os níveis de risco dos dois eventos são 8 e 8, respectivamente, sendo o evento do não comparecimento da família ao local e dia marcado o mais importante.
- C) Os níveis de risco dos dois eventos são 6 e 6, respectivamente, sendo o evento do não comparecimento da família ao local e dia marcado o mais importante.
- D) Os níveis de risco dos dois eventos são 6 e 6, respectivamente, sendo o evento da falta de alguma documentação para a conclusão cadastral o mais importante.
- E) Os níveis de risco dos dois eventos são 8 e 8, respectivamente, sendo o evento da falta de alguma documentação para a conclusão cadastral o mais importante.

QUESTÃO 39

A Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público (NBASP 10) discorre sobre a independência dos Tribunais de Contas. Quando está previsto que “membros e servidores dos Tribunais de Contas não devem ser influenciados pelas organizações auditadas e não devem ser dependentes dessas organizações”, estamos falando do princípio

- A) da prevenção ao conflito de interesses.
- B) do direito e obrigação de informar sobre seu trabalho.
- C) da cooperação interinstitucional sem prejuízo da independência e da autonomia.
- D) da independência dos Tribunais de Contas para o desempenho de suas competências.
- E) da previsão legal da independência dos Tribunais de Contas, de seus membros e de seu quadro funcional.

QUESTÃO 40

Considerando uma matriz de achados, quando o auditor identifica que a discrepância ocorreu em uma obra, ele está preenchendo a coluna de

- A) causa.
- B) objetos.
- C) critério.
- D) evidências.
- E) situação encontrada.

CONHECIMENTO GERAL – CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 41

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal, e é integrado por nove ministérios que serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

- I. mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade;
- II. notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- III. mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos orçamentários e de tecnologia.

Das afirmativas, verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 42

Dadas as afirmativas sobre a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União,

- I. É obrigatório a prestação de contas pelo Presidente da República e demais administradores de órgãos e entidades do setor público.
- II. Os atos normativos dos Tribunais de Contas apresentam os procedimentos, as regras e os elementos para a prestação de contas.
- III. Um dos principais propósitos da prestação de contas é apresentar as possíveis irregularidades praticadas por órgãos e entidades do setor público.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 43

O Tribunal de Contas realizando uma fiscalização em uma Secretaria Municipal de Educação encontrou os seguintes problemas: a) insatisfação da população pelo serviço de transporte escolar; b) pagamentos indevidos, com recursos do Fundeb, a professores que estão cedidos a outros órgãos; e c) o custo médio da merenda escolar, por aluno, está bem acima do mercado. Em relação aos problemas citados e aos princípios dominantes que se observaram na fiscalização, respectivamente, assinale a alternativa correta.

- A) Legitimidade, legalidade e economicidade.
- B) Legalidade, moralidade e economicidade.
- C) Imparcialidade, legalidade e legitimidade.
- D) Moralidade, imparcialidade e renúncia de receitas.
- E) Legitimidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

QUESTÃO 44

A Constituição Federal do Brasil determina que o Estado esteja sobre controle externo. Dadas as afirmativas quanto ao controle externo,

- I. O Poder Legislativo exercita o controle externo de forma direta, enquanto as Cortes de Conta o fazem de maneira indireta.
- II. A fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas da União também será exercida em Estados e Municípios sobre quaisquer recursos aplicados.
- III. O Congresso Nacional, por intermédio do Tribunal de Contas da União, poderá realizar auditoria patrimonial nas unidades administrativas do Poder Judiciário.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 45

Dadas as afirmativas sobre o Ministério Público de Contas,

- I. Goza de autonomia administrativa, financeira e orçamentária.
- II. O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas.
- III. As prerrogativas dos Ministérios Públicos, junto aos Tribunais de Contas, estão previstas nos regimentos internos e nas leis orgânicas dos Tribunais de Contas.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 46

Dadas as afirmativas a respeito das características do Tribunal de Contas Brasileiro,

- I. Vinculado e subordinado ao Poder Legislativo.
- II. Trata-se de um sistema de corte de contas, mas que agrega algumas características de auditorias gerais.
- III. Suas competências estão amplamente previstas na Constituição Federal.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 47

Considere a situação hipotética: Um Tribunal de Contas do Estado vai a campo para fiscalizar uma obra em execução referente à construção de uma rodovia que interliga duas cidades. Quanto à sua classificação, refere-se ao controle

- A) externo de momento e prévio de localização.
- B) externo de localização e prévio de momento.
- C) interno de localização e posterior de momento.
- D) interno de localização e concomitante de momento.
- E) externo de localização e concomitante de momento.

QUESTÃO 48

Dentre as competências do TCU elencadas no Art. 71 da Constituição Federal, destaca-se a competência de apreciar, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta. Diante disso, dadas as afirmativas,

- I. A apreciação do registro pelo TCU é considerada um controle de legalidade.
- II. O ato administrativo é considerado complexo por envolver a aprovação em três etapas: administração pública, TCU e Poder Legislativo.
- III. Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, inclusive, o provimento de cargos comissionados e de empregados públicos temporários.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 49

Um Tribunal de Contas realiza uma apreciação em registros de aposentaria em um determinado órgão e após procedimento decide pela aplicação de multa ao gestor responsável. Considerando a situação hipotética, o Tribunal de Contas exerceu a(s) função(ões):

- I. fiscalizadora;
- II. sancionadora;
- III. pedagógica.

Dos itens, verifica-se que está(ão) correto(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 50

Sobre as múltiplas incidências submetidas ao controle externo, quando um órgão público é auditado a respeito do cumprimento das escalas em um hospital público, refere-se ao controle

- A) orçamentário.
- B) operacional.
- C) patrimonial.
- D) financeiro.
- E) contábil.

CONHECIMENTO GERAL – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 51

A Secretaria de Turismo do Estado pretende contratar determinados serviços de preparação de eventos, com o fornecimento de alimentos e bebidas, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, tendo como valor estimado para a contratação o importe de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Dado o caso hipotético, o órgão público estadual poderá utilizar das seguintes modalidades licitatórias:

- A) convite, leilão ou concorrência.
- B) concorrência, concurso ou convite.
- C) concurso, tomada de preços ou pregão.
- D) leilão, concorrência ou tomada de preços.
- E) tomada de preços, concorrência ou pregão.

QUESTÃO 52

Quando o poder público precisa editar certos comandos gerais e abstratos para viabilizar o cumprimento da lei, a exemplo de uma instrução normativa, estes atos são chamados pela doutrina administrativista brasileira de atos

- A) punitivos.
- B) negociais.
- C) normativos.
- D) ordinatórios.
- E) enunciativos.

QUESTÃO 53

O Governador do Estado decidiu nomear seu irmão para o cargo de Secretário Estadual de Transportes, considerando a sua experiência na área, uma vez que é servidor de carreira lotado na Secretaria de Transportes por vários anos, tendo exercido diversas atribuições em variados setores deste órgão estadual, além de considerá-lo de confiança para assumir tal encargo. Dada a situação hipotética, é correto afirmar que a nomeação

- A) é válida, já que não se considera nepotismo a nomeação de parente da autoridade nomeante, quando o nomeado for servidor de carreira da Administração Pública.
- B) é válida, já que a vedação ao nepotismo não alcança a nomeação para cargos de natureza política, salvo quando demonstrada a intenção de fraudar a lei.
- C) é inválida, uma vez que viola texto expresso de lei, configurando uma das hipóteses de improbidade administrativa.
- D) é inválida, por afrontar aos princípios da moralidade e impessoalidade, mas não constitui hipótese de improbidade administrativa.
- E) é inválida, por violar a Súmula Vinculante nº 13, configurando-se hipótese de nepotismo denominado cruzado.

QUESTÃO 54

A Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, a Funai e o INSS são, respectivamente, exemplos de

- A) Sociedade de Economia Mista, Empresa Pública, Fundação Pública e Autarquia.
- B) Sociedade de Economia Mista, Autarquia, Fundação Pública e Empresa Pública.
- C) Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Fundação Pública e Autarquia.
- D) Fundação Pública, Sociedade de Economia Mista, Empresa Pública e Autarquia.
- E) Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação Pública e Empresa Pública.

QUESTÃO 55

Rodolfo, antigo proprietário do imóvel X, desapropriado em 2017, com indenização, e, para a finalidade pública de construção de uma escola, soube que o município expropriante dispôs do imóvel para outra finalidade, qual seja, a construção de uma quadra poliesportiva, e, por isso, tentou reaver o imóvel. Dada essa situação hipotética, é correto afirmar que Rodolfo

- A) poderá obter a retrocessão do imóvel.
- B) poderá reaver o imóvel, pois houve tredestinação ilícita.
- C) poderá reaver o imóvel, pois houve desapropriação indireta.
- D) não poderá reaver o imóvel, pois houve tredestinação lícita.
- E) não poderá reaver o imóvel, pois foi feita a desapropriação por zona.

QUESTÃO 56

Dadas as afirmativas sobre a competência dos Tribunais de Contas prevista na Constituição Federal,

- I. Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, ainda que de forma indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- II. Fiscalizar a aplicação de todos os recursos repassados à União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, pelos Estados, Distrito Federal ou pelos Municípios.
- III. Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- IV. Interromper, se não atendido, a execução de um ato por ele (Tribunal de Contas) impugnado, comunicando sua decisão ao chefe do Poder Executivo.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 57

Arnaldo atravessou uma rodovia à noite e foi atropelado, chegando a ter uma perna amputada. A rodovia em questão é administrada por uma concessionária do poder público do estado X e não possui sinalização em certos trechos. Arnaldo alega justamente que não havia sinalização alguma, tampouco faixa de pedestre no trecho que precisou atravessar, próximo a sua residência. Pede, então, através de ação judicial uma indenização ao estado X e à Concessionária, por entender que não houve culpa exclusiva da vítima no acidente e que o estado X e a Concessionária são legítimos responsáveis pelos danos sofridos por ele. Nesse caso, é correto afirmar:

- A) não há possibilidade de responsabilizar o estado segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pois nos casos que envolvem acidentes em Rodovias sob a responsabilidade de uma Concessionária do poder público, cabe somente a esta ressarcir eventuais danos aos cidadãos.
- B) de acordo com o STJ, quando a atividade é concedida pelo estado, a Concessionária não responde em nome próprio pelos seus atos, devendo o estado reparar os danos ou lesões causadas a terceiros. Nesse caso, somente o estado X teria o dever de reparar o dano sofrido por Arnaldo.
- C) é firme o entendimento do STJ no sentido de que as concessionárias de serviços públicos concernentes a rodovias respondem, objetivamente, por qualquer defeito na prestação do serviço, pela manutenção da rodovia em todos os aspectos, assim como o estado em situações similares.
- D) a falta de sinalização na rodovia foi fator determinante para o acidente de Arnaldo; porém, o fato de a vítima supostamente ter feito uma travessia perigosa na rodovia, à noite, excluiu a obrigação de indenizar, tanto da Concessionária, quanto do estado X, conforme a jurisprudência predominante do STJ.
- E) o direito de segurança do usuário está inserido no serviço público concedido, segundo entendimento do STJ, mas não pode haver presunção de que a concessionária assumiu todas as atividades e responsabilidades inerentes ao serviço prestado, devendo o estado X, assumir a responsabilidade em caso de danos ao usuário.

QUESTÃO 58

Um determinado cantor deseja se apresentar numa cidade. Para isso, faz-se necessário preencher determinados requisitos em relação à estrutura e à segurança do seu show. Após vistoria, a autoridade pública competente encontrou falhas graves na estrutura e no plano de segurança, e determinou o cancelamento da apresentação do artista. Com base nessas informações, é correto afirmar que o cancelamento se deu após o exercício do

- A) abuso de poder.
- B) poder regulamentar.
- C) poder hierárquico.
- D) poder disciplinar.
- E) poder de polícia.

QUESTÃO 59

O município “A” possui um contrato de concessão do serviço de transporte público municipal com a empresa “B” pelo prazo de 10 (dez) anos. Porém, por razões de interesse público, decide extinguir a concessão, ainda durante o prazo de sua vigência, e retomar diretamente o seu serviço público de transporte. Dadas as afirmativas quanto ao caso hipotético,

- I. A extinção da concessão acima é possível por declaração de caducidade, a critério do poder concedente, hipótese em que os bens da empresa concessionária vinculados aos objetivos do serviço concedido reverteriam em favor do Poder Público Municipal, independentemente de indenização.
- II. A extinção da concessão acima é possível por encampação, desde que autorizada previamente por lei específica e após prévio pagamento de indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- III. A reversão dos bens da empresa concessionária vinculados à execução do serviço poderá ocorrer de forma onerosa ou gratuita. No primeiro caso, o concedente tem o dever de indenizar a concessionária, porque os bens foram adquiridos com seu exclusivo capital, ao passo que, no segundo caso, a fixação da tarifa já levou em conta o ressarcimento do concessionário pelos recursos que empregou na aquisição dos bens, de forma que ao final tem o concedente o direito à propriedade desses bens sem qualquer ônus.
- IV. O contrato de concessão do serviço de transporte público municipal necessariamente foi precedido por uma licitação pública, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, incumbindo à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 60

Dadas as afirmativas quanto ao provimento de cargos públicos,

- I. A nomeação e a reversão, enquanto espécies de provimentos originários, independem da vinculação jurídica anterior com o Estado, sendo que a primeira poderá ser promovida em caráter efetivo ou em comissão, enquanto que a segunda deverá necessariamente ocorrer em caráter efetivo.
- II. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- III. É inconstitucional a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, salvo quando da transformação de cargos e da transferência de servidores.
- IV. A recondução é a forma de provimento derivado, consistente no retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 61

A empresa Grão de Areia S/A apresentou os seguintes saldos contábeis em 31/12/2021:

Contas Contábeis	Saldos
Abatimento sobre vendas	62.000,00
Banco conta movimento	86.000,00
Capital a integralizar	800.000,00
COFINS sobre vendas	93.000,00
COFINS a recuperar	10.000,00
Capital Social Subscrito	1.500.000,00
Comissões de vendedores	12.300,00
Imóveis de uso	772.200,00
PIS a recuperar	10.000,00
PIS incidente nas vendas	8.000,00
Receita bruta de vendas	1.230.000,00
Receitas de juros	13.000,00
Reserva de lucros	50.000,00
Seguros pagos antecipadamente	14.000,00
Custo das mercadorias vendidas	760.000,00
Despesas com salários	65.000,00
Despesas de juros	4.500,00
Duplicatas a pagar	350.000,00
ICMS incidente nas vendas	209.100,00
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	6.900,00
Estoque de Mercadorias	230.000,00

Tomando como base os saldos apresentados, assinale a alternativa correta.

- A) A receita líquida na demonstração do resultado do exercício é R\$ 97.900,00.
- B) Os tributos incidentes sobre as vendas somam R\$ 302.100,00.
- C) As deduções da receita bruta totalizam R\$ 310.100,00.
- D) O lucro líquido do exercício é R\$ 22.200,00.
- E) O lucro bruto do exercício é R\$ 29.100,00.

QUESTÃO 62

A escrituração é uma das técnicas contábeis que consiste em registrar, nos livros contábeis próprios, todas as ocorrências na entidade que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial desta. Dadas as afirmativas acerca dessa técnica,

- I. A escrituração contábil deve ser realizada exclusivamente por profissional da Contabilidade, de nível superior, legalmente habilitado.
- II. A escrituração contábil deve ser feita em ordem cronológica de dia, mês e ano, sendo em idioma e moeda corrente nacionais.
- III. Toda a escrituração contábil deve ser executada com base em documentos internos, visando à segurança das informações registradas pela Contabilidade da entidade.
- IV. No processo de escrituração poderá ocorrer a retificação de lançamento, que pode ser feita por meio de estorno, transferência ou complementação.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 63

De acordo com a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o grupo do ativo não circulante, no balanço patrimonial, deverá ser dividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. Considerando o Pronunciamento Técnico CPC 27, que trata do grupo do ativo imobilizado, assinale a alternativa correta.

- A) Serão contabilizados no valor contábil de um item do ativo imobilizado os gastos com reparos e manutenção periódica do item, visto que esses gastos estão diretamente relacionados com o funcionamento do bem.
- B) O ativo será considerado imobilizado quando for tangível, mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, e quando se espera utilizá-lo por mais de um período.
- C) Em um arrendamento mercantil, o valor residual do bem será as parcelas relativas aos pagamentos futuros desse arrendamento, que não possuam valor fixo, alterando-se com a passagem do tempo em decorrência de atualizações ajustadas contratualmente.
- D) Serão contabilizadas perdas por redução ao valor recuperável quando o valor recuperável do ativo imobilizado for inferior ao seu valor contábil de aquisição, ou ao seu valor justo quando posto à venda no mercado, sendo considerado entre esses dois o de menor valor.
- E) Quando a entidade adquire um ativo imobilizado, este será contabilizado pelo seu valor de aquisição, considerando todos os custos que a entidade desembolsou nessa aquisição, inclusive frete, tributos, gastos com montagem e juros cobrados no caso de financiamento desse bem.

QUESTÃO 64

Uma entidade que transaciona com mercadorias utiliza o inventário permanente para controlar seus estoques e, no mês de setembro de 2022, apresentou o seguinte movimento nos seus estoques de mercadorias para revenda:

Dia	Operação
05	Compra de 100 unidades a R\$ 500,00 cada uma
10	Compra de 50 unidades a R\$ 520,00 cada uma
15	Venda de 120 unidades por R\$ 1.200,00 cada uma
20	Compra de 100 unidades a R\$ 550,00 cada uma

A entidade utiliza como base de mensuração para seus estoques o critério PEPS - Primeiro a Entrar Primeiro a Sair, e não possuía estoques no início do período. De acordo com as informações citadas, sem considerar os tributos que incidem sobre compras e vendas e considerando a NBC TG 16 (R1), que trata de Estoques, o valor final dos estoques de mercadorias no final do mês de setembro de 2022 é de

- A) R\$ 26.000,00.
- B) R\$ 55.000,00.
- C) R\$ 60.400,00.
- D) R\$ 70.600,00.
- E) R\$ 131.000,00.

QUESTÃO 65

De acordo com o Regimento interno, compete privativamente ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas:

- A) apresentar a sua prestação de contas ao Governo do Estado.
- B) elaborar e alterar o seu Regimento Interno por iniciativa do seu Presidente ou de qualquer Conselheiro.
- C) submeter à Assembleia Legislativa os resultados dos seus concursos públicos para julgamento e homologação.
- D) organizar e submeter lista tríplice, para provimento de cargo de Conselheiro, ao Presidente da Assembleia Legislativa.
- E) determinar a realização de concursos públicos para o preenchimento dos cargos do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

QUESTÃO 66

Dadas as afirmativas com base na Constituição do Estado de Alagoas e suas atualizações,

- I. A intervenção do Estado sobre o Município somente poderá ocorrer quando da existência de situação específica, como, por exemplo, não forem prestadas as contas devidas, conforme a Lei, e dependerá de requisição da Câmara Municipal ou do Tribunal de Contas do Estado.
- II. A fiscalização financeira e orçamentária dos municípios alagoanos será exercida no âmbito de controle externo pela Assembleia Legislativa do Estado, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.
- III. O conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, por responsável pelo controle interno dos Poderes constituídos do Estado, deve dar ciência de imediato ao Tribunal de Contas do Estado.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 67

A Lei nº 5.604, de 20 de janeiro de 1994, dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas. Sobre o julgamento e a fiscalização, assinale a alternativa correta.

- A) Compete ao TCE-AL emitir pronunciamento conclusivo no prazo de trinta dias contados do recebimento da solicitação sobre matéria que lhe seja submetida pela Comissão Permanente de Deputados Estaduais.
- B) Das decisões do TCE-AL cabem recursos de reconsideração, de embargos de declaração e de revisão, todos com efeito suspensivo.
- C) Denúncias ao TCE-AL sobre matéria de sua competência podem ser feitas com a identificação do denunciante ou de forma anônima.
- D) Contas julgadas como irregulares pelo TCE-AL, que não resultem débitos, não permitirá a aplicação de multas ao responsável.
- E) Multas pagas após o vencimento, aplicadas pelo TCE-AL, sofrerão o acréscimo de multa, juros e correção monetária.

QUESTÃO 68

De acordo com o regime orçamentário apresentado na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pertencem ao exercício financeiro, respectivamente, as receitas e as despesas nele

- A) lançadas e pagas.
- B) lançadas e liquidadas.
- C) arrecadadas e fixadas.
- D) previstas e empenhadas.
- E) arrecadadas e empenhadas.

QUESTÃO 69

Dadas as afirmativas sobre Contabilidade Pública,

- I. O campo de aplicação abrange fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta, inclusive as empresas estatais dependentes.
- II. O regime orçamentário utilizado pela contabilidade pública é base para a determinação das variações quantitativas no patrimônio líquido, independentes ou resultantes da execução orçamentária.
- III. Para o adequado reconhecimento da composição patrimonial, a Contabilidade Pública aplica o regime de competência.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

QUESTÃO 70

Dadas as afirmativas acerca da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

- I. Além de normas de direito financeiro, a Lei n.º 4.320/1964 contempla também norma de direito tributário.
- II. A importância de despesa anulada no exercício reverte à dotação, e quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício será considerada receita do ano em que se efetivar.
- III. O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para compra, na data da notificação ou intimação do devedor.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 71

A contabilidade pública é, na realidade, uma aliada da sociedade. Por meio de normas, processos e procedimentos padronizados e requisitos mínimos de sistemas informatizados, propicia que os recursos sejam aplicados de forma correta e, em consequência, que a população seja atendida em suas necessidades básicas, contribuindo para uma qualidade de vida melhor.

Contabilidade pública: um caminho para a promoção do desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://crcal.org.br/contabilidade-publica-um-caminho-para-a-promocao-do-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 06. Ago. 2022.

Quanto ao alcance da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, dadas as afirmativas,

- I. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, estatal dependente, submete-se parcialmente às normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- II. O Conselho Federal de Medicina é exemplo de entidade que pode aplicar as normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.
- III. As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, aos órgãos da Administração Direta.
- IV. A Petrobrás, estatal independente, submete-se obrigatoriamente às normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 72

Pode-se afirmar que princípios orçamentários são aquelas regras fundamentais que funcionam como norteadoras da prática orçamentária. São um conjunto de premissas que devem ser observadas durante cada etapa da elaboração orçamentária. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- A) Segundo o princípio da universalidade, todas as despesas devem constar da lei orçamentária, excetuando-se as receitas em razão de sua imprevisibilidade.
- B) Segundo o princípio da exclusividade, a lei orçamentária apenas tratará da fixação de despesas, da previsão de receitas e de autorizações para criação de novas autarquias.
- C) Segundo o princípio do orçamento bruto, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as receitas devem constar na peça orçamentária com as respectivas deduções referentes ao exercício fiscal.
- D) Segundo o princípio da unidade orçamentária, o orçamento é uno, logo o Poder Executivo apresenta proposta única de orçamento anual, não tendo os demais poderes autonomia, nesse caso, para apresentarem suas próprias propostas.
- E) Segundo o princípio da não afetação das receitas consagrado na Constituição da República de 1988, nenhuma receita poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos ou determinados gastos. Em termos legais, a mesma Constituição previu exceções.

QUESTÃO 73

Seguem informações apuradas ao final dos primeiros quatro meses do exercício financeiro de 2022.

- créditos adicionais transferidos para 2022, R\$ 1.790,00;
- créditos extraordinários abertos em 2022, R\$ 980,00;
- operações de créditos vinculadas aos créditos transferidos, R\$ 1.000,00;
- dotação orçamentária anuladas em 2022 no valor de R\$ 1.200,00;
- excesso de arrecadação em 2022, R\$ 790,00;
- ativo Financeiro de 2021, R\$ 8.570,00;
- passivo Financeiro de 2021, R\$ 2.970,00.

Após a apuração das informações, o superávit financeiro, utilizável como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, apresentou o valor de

- A) R\$ 3.810,00.
- B) R\$ 4.600,00.
- C) R\$ 4.810,00.
- D) R\$ 5.600,00.
- E) R\$ 6.390,00.

QUESTÃO 74

Conforme estabeleceu a Constituição da República de 1988, o projeto de lei relativo ao orçamento anual será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional. Acerca disso, dadas as afirmativas,

- I. O acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, caberá a uma Comissão mista temporária de Senadores e Deputados.
- II. Para atendimento das demandas, serão admitidas emendas que, entre outros requisitos legais, estejam em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- III. No momento da apreciação do Poder Legislativo, podem ser aprovadas emendas ao projeto de lei do orçamento anual que, dentre outras questões, indiquem futuramente os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.
- IV. Fica vedado ao Presidente da República enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação no projeto de lei do orçamento anual, após iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 75

Dadas as afirmativas acerca da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, e Legislação Complementar,

- I. Os créditos adicionais extraordinários são aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária.
- II. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
- III. Em casos de déficit, a Lei de Orçamento deixará a critério do Poder Executivo a escolha das fontes de recursos a utilizar para atender a sua cobertura.
- IV. O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

QUESTÃO 76

Dadas as afirmativas relativas à Pessoa Jurídica,

- I. A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.
- II. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso. E decai em cinco anos o direito de anular as decisões da administração coletiva da pessoa jurídica quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.
- III. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 77

Dadas as afirmativas a respeito do Poder Constituinte,

- I. São características do poder constituinte originário ser inicial, ilimitado e incondicionado, podendo se manifestar por um ato constituinte unilateral, ocasião em que se diz ser a constituição outorgada; ou mediante representantes eleitos pelo povo para a elaboração de seu texto, ao que se denomina constituição promulgada.
- II. Segundo posição prevalecente no âmbito do STF, há inconstitucionalidade superveniente quando a norma anterior à Constituição não guarda compatibilidade de conteúdo com esta, não se considerando como hipótese de revogação.
- III. A Constituição da República Federativa do Brasil é considerada semirrígida; logo, o poder constituinte derivado pode alterar alguns preceitos de seu texto por processo especial, enquanto outros podem ser alterados pelo processo legislativo comum.
- IV. O poder constituinte derivado encontra limites materiais em seu exercício nas chamadas cláusulas pétreas, das quais são espécies a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes; e os direitos e garantias individuais.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) IV, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 78

Dadas as afirmativas acerca das Associações, Sociedades e Fundações,

- I. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação com finalidade dissemelhante e sem embargo de natureza jurídica, a ser designada pelo juiz.
- II. A sociedade que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural e seja constituída, ou transformada, de acordo com um dos tipos de sociedade empresária, pode, com as formalidades do Art. 968, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede, caso em que, depois de inscrita, ficará equiparada, para todos os efeitos, à sociedade empresária.
- III. Aqueles a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, em tendo ciência do encargo, formularão logo, de acordo com as suas bases, o estatuto da fundação projetada, submetendo-o, em seguida, à aprovação da autoridade competente, com recurso ao juiz.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 79

Dadas as afirmativas referentes à Prescrição, Decadência, Obrigações Solidárias e Extinção da Obrigação,

- I. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e somente valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar. Tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- II. A decadência pode ser realizada por convenção das partes e, nessa hipótese, a parte a quem aproveita poderá alegá-la em qualquer grau de jurisdição e, se tratando de matéria de ordem pública, o juiz poderá supri-la haja vista se tratar da perda de um direito causada pela inércia temporal de um dos convenientes.
- III. O terceiro não interessado que paga a dívida em seu próprio nome tem direito a reembolsar-se do que pagar, e se subrogar nos direitos do credor.
- IV. Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 80

A respeito da Prova do Fato Jurídico, dadas as afirmativas,

- I. Farão a mesma prova que os originais as certidões textuais de qualquer peça judicial, do protocolo das audiências, ou de outro qualquer livro a cargo do escrivão, sendo extraídas por ele, ou sob a sua vigilância, e por ele subscritas, assim como os traslados de autos, quando por outro escrivão consertados.
- II. A anuência ou a autorização de outrem, prescindível à validade de um ato, provar-se-á do mesmo modo que este, e constará, sempre que se possa, do próprio instrumento.
- III. A cópia fotográfica de documento, conferida por tabelião de notas, valerá como prova de declaração da vontade, mas, impugnada sua autenticidade, deverá ser exibido o original. A prova não supre a ausência do título de crédito, ou do original, nos casos em que a lei ou as circunstâncias condicionarem o exercício do direito à sua exibição.
- IV. O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, operam-se, a respeito de terceiros, antes mesmo do registro no registro público.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

QUESTÃO 81

Dadas as afirmativas quanto à organização do Poder Judiciário,

- I. Ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, estando, assim, todos os órgãos do Poder Judiciário submetidos às suas deliberações.
- II. Com exceção do STF, todos os demais tribunais do país, incluindo-se os Superiores (STJ, TST, TSE e STM), possuem em sua composição um quinto de suas vagas destinadas a advogados e a membros do Ministério Público.
- III. A estrutura federativa brasileira reflete-se na organização do Poder Judiciário, repartindo-se as competências entre a União e os Estados, de maneira que a jurisdição brasileira também se encontra dividida em Justiça Comum (compreendendo as Justiças dos Estados e a Justiça Federal) e as Justiças Especiais (compreendendo a Justiça Eleitoral, a Justiça Militar e a Justiça do Trabalho).

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 82

A respeito das normas de orçamento previstas na Constituição da República, é correto afirmar:

- A) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Senado Federal, na forma do respectivo regimento.
- B) são de iniciativa do Poder Executivo as leis que estabelecem o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias, competindo a iniciativa quanto às leis que estabelecem os orçamentos anuais ao Poder Legislativo.
- C) as emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios apenas por meio de transferência com finalidade definida.
- D) é permitida a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- E) é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, admitindo-se a abertura de crédito extraordinário somente para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

QUESTÃO 83

Dadas as afirmativas quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária,

- I. Ao Tribunal de Contas da União compete o julgamento das contas do Presidente da República, dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos e daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- II. Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, inclusive a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- III. A teoria dos poderes implícitos possibilita ao Tribunal de Contas a concessão de medidas cautelares no exercício de suas atribuições; entretanto, o órgão não possui competência para decretar a quebra do sigilo bancário, porque tal medida afeta a reserva de jurisdição.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 84

Sobre as inovações em torno do Direito Financeiro contidas na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- A) o poder de emenda parlamentar ao orçamento atualmente não está limitado à hipótese de anulação de dotações, podendo anular aquelas destinadas ao pagamento de pessoal e encargos, serviço da dívida e transferências interfederativas de qualquer natureza.
- B) conforme interpretação constitucional, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual cabem tanto a leis complementares, quanto a ordinárias.
- C) com a Constituição de 1988, a lei orçamentária anual passou a abranger o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas estatais.
- D) na Constituição de 1988 foi retirado o poder de emenda parlamentar ao orçamento, tanto para emendas formais, quanto para as substantivas.
- E) a Constituição de 1988 não dispôs de modo expreso sobre a regionalização do planejamento orçamentário e do gasto público em geral.

QUESTÃO 85

Considerando as normas contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a respeito do balanço patrimonial, assinale a alternativa correta.

- A) O passivo permanente compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.
- B) O ativo financeiro compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- C) O passivo financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- D) O ativo permanente compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- E) O balanço patrimonial demonstrará o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação.

QUESTÃO 86

Assinale a alternativa correta a respeito do regime jurídico dos precatórios.

- A) As receitas que os estados e os municípios receberem a título de pagamentos da União por força de ações judiciais que tenham por objeto a complementação de parcela desta no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) deverão ser aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, médio e superior público e na valorização de seu magistério.
- B) O advogado fará jus à expedição de ofício precatório autônomo em relação aos honorários sucumbenciais. Não constando do precatório informação sobre o valor dos honorários contratuais, esses poderão ser pagos, após a juntada do respectivo instrumento, até a liberação do crédito ao beneficiário originário, facultada ao presidente do tribunal a delegação da decisão ao juízo da execução.
- C) A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados e do Distrito Federal, refinanciando-os diretamente. Essa medida não poderá ser realizada, todavia, em relação aos municípios, sob pena de ofensa ao princípio federativo.
- D) O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Congresso Nacional.
- E) De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, o cancelamento, por instituições financeiras, de precatórios e requisições federais de pequeno valor que não forem resgatados no prazo de dois anos é constitucional.

QUESTÃO 87

A escrituração das contas públicas observará, dentre outras, as seguintes normas:

- A) a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, não se exigindo a escrituração de forma individualizada dos recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa.
- B) tendo em vista a atribuição de órgãos administrativos específicos, as receitas e despesas previdenciárias podem ser apresentadas em demonstrativos financeiros conjuntos.
- C) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
- D) as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, excetuadas as empresas estatais dependentes.
- E) as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

QUESTÃO 88

Acerca das jurisprudências do Supremo Tribunal Federal em matéria penal, assinale a alternativa correta.

- A) Segundo o STF, a norma do Art. 331 do Código Penal, que tipifica o crime de desacato, é inconstitucional, não sendo recepcionada pela Constituição Federal.
- B) É inconstitucional o Art. 33, § 4º, do Código Penal, que condiciona a progressão de regime do cumprimento da pena, no caso de crime contra a Administração Pública, à reparação do dano ou à devolução do produto do ilícito.
- C) De acordo com o STF, a conduta de esconder as notas pelo corpo, sob as vestes, nos bolsos do paletó, junto à cintura e dentro das meias, possui suficiente autonomia em relação ao crime antecedente, de modo que se configura como crime de lavagem de dinheiro.
- D) A posterior inserção de conteúdo não aprovado pela Câmara de Vereadores em texto de Lei Municipal, pelo prefeito municipal, com a finalidade de autorizar a utilização de créditos excepcionais não contemplados no texto originalmente aprovado, configura o crime de falsificação de documento público.
- E) É constitucional o afastamento automático do servidor público indiciado por crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores em decorrência de atividade discricionária da autoridade policial, independentemente do início da ação penal e análise dos requisitos necessários para a efetivação da medida restritiva de direitos.

QUESTÃO 89

Quanto às jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em matéria de prescrição penal, assinale a alternativa correta.

- A) O acórdão confirmatório da sentença condenatória não é marco interruptivo do prazo prescricional.
- B) Na falsidade ideológica, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição da pretensão punitiva é o momento da reiteração de seus efeitos.
- C) O Supremo Tribunal Federal admite a denominada prescrição em perspectiva, haja vista a existência de previsão legal do instituto.
- D) Ocorrida a prescrição da pretensão punitiva de crime de responsabilidade de prefeito municipal, ainda assim podem ser aplicadas as sanções de perda de cargo e de inabilitação para o exercício de cargo ou função pública.
- E) No caso de crimes conexos que sejam objeto do mesmo processo, havendo sentença condenatória para um dos crimes e acórdão condenatório para o outro delito, tem-se que a prescrição da pretensão punitiva de ambos é interrompida a cada provimento jurisdicional.

QUESTÃO 90

Dadas as afirmativas a respeito dos crimes contra as finanças públicas e em licitações e contratos administrativos,

- I. Comete o crime de perturbação de processo licitatório aquele que afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- II. Comete o crime de ordenação de despesa não autorizada aquele que ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.
- III. Comete o crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura aquele que ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- IV. Comete o crime de patrocínio de contratação indevida aquele que admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 91

Sobre o sistema antielisão, as tarifas, os preços públicos, a arrecadação pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, assinale a alternativa correta.

- A) A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se a alíquota aplicável na retenção na fonte for informada no documento fiscal e corresponder à alíquota efetiva a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação.
- B) Foi recentemente declarada inconstitucional a norma que determinava que a autoridade administrativa poderia desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
- C) Segundo jurisprudência do STF, o custeio dos serviços prestados pelo INPI ostenta compulsoriedade própria de taxas, assim como a utilidade pública em si está associada a prestações da estatalidade em sentido estrito.
- D) Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque os serviços públicos são compulsórios e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que os instituiu.
- E) O pedágio cobrado pela efetiva utilização de rodovias conservadas pelo Poder Público tem natureza jurídica de taxa, não de preço público.

QUESTÃO 92

Dadas as afirmativas relativas à sentença,

- I. Se o autor der causa, por duas vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- II. Se consolida a decisão surpresa quando o magistrado, diante dos limites da causa de pedir, do pedido e do substrato fático delineado nos autos, realiza a tipificação jurídica da pretensão no ordenamento jurídico posto, aplicando a lei adequada à solução do conflito, quando as partes não a tenham invocado (*iura novit curia*) e sem a oitiva delas, podendo se dizer surpreendida com a sua aplicação, resultando em nulidade.
- III. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, observando-se que a decisão deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional.
- IV. Segundo entendimento do STJ, o julgamento não se mostra *extra petita* quando o juiz promove uma interpretação lógico-sistemática dos pedidos deduzidos, ainda que não expressamente formulados pela parte, não gerando nulidade processual.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

QUESTÃO 93

Quanto ao Ministério Público, dadas as afirmativas,

- I. O Ministério Público estadual não possui legitimidade recursal para atuar como parte no Superior Tribunal de Justiça nas ações de improbidade administrativa, porque a atuação recursal normativa naquela instância superior compete ao Ministério Público Federal.
- II. O Ministério Público é parte legítima para recorrer da decisão que fixa os honorários do administrador na recuperação judicial.
- III. O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública e ação coletiva com o propósito de velar por direitos difusos e, também, individuais homogêneos dos consumidores, ainda que disponíveis.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 94

Dadas as afirmativas referentes ao Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública e Ação de Improbidade Administrativa,

- I. A sentença decorrente da ação civil pública fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- II. O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data da concessão da medida liminar.
- III. A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas na Lei de Improbidade Administrativa, e não constitui ação civil, permitido o seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- IV. O Ministério Público acompanhará a ação popular, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

QUESTÃO 95

Acerca da Tutela Provisória, Tutela de Urgência e Intervenção de Terceiros, dadas as afirmativas,

- I. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- II. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada. E, salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- III. Não havendo impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, o pedido do assistente será deferido, salvo se for caso de rejeição liminar. E se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 96

Dadas as afirmativas relativas à liquidação e cumprimento de sentença,

- I. Na liquidação por arbitramento, o juiz intimará as partes para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo que fixar, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial.
- II. A certidão de teor da decisão deverá ser fornecida no prazo de 5 (cinco) dias e indicará o nome e a qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário.
- III. A autocomposição judicial poderá envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que tenha sido deduzida em juízo.
- IV. A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 97

A respeito da Contestação, Reconvenção e Revelia, constantes no CPC/2015, dadas as afirmativas,

- I. A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro, e pelo réu em litisconsórcio com terceiro. O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação. E a desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta o prosseguimento do processo quanto à reconvenção, porque está ligada ao objeto da ação principal.
- II. Se o autor for substituto processual, o reconvinente deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
- III. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial. Sendo que o revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- IV. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo, ao curador especial e ao ministério público, quando na defesa de interesses envolvendo menores.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 98

Após o lançamento de um determinado tributo, um ente federativo deseja perdoo-lo devido a uma situação de calamidade ocorrida. Nessa situação, para a exclusão do crédito tributário (tanto do tributo, quanto em relação a demais valores, como multas e juros de mora), o ente federativo deve adotar a

- A) anistia.
- B) isenção.
- C) remissão.
- D) imunidade.
- E) não incidência.

QUESTÃO 99

Sobre responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta.

- A) O recolhimento do ICMS deverá ser feito por quem promove a circulação da mercadoria, não por quem a compra, e, dessa forma, no caso do ICMS, não pode ocorrer a substituição tributária.
- B) A solidariedade tributária passiva possui o chamado benefício de ordem, que funciona como uma garantia de que a administração tributária irá receber seu tributo devido, inclusive podendo cobrar os devedores solidários ao mesmo tempo.
- C) A substituição tributária pode ser regressiva, ou diferimento, e também progressiva, ou para a frente, em que a lei prevê o recolhimento do imposto após o fato gerador das fases seguintes ocorrer, em mais um tipo de responsabilidade no direito tributário por substituição.
- D) A responsabilidade por transferência no direito tributário também é chamada de derivada ou de 2º grau. Esse tipo de responsabilidade ocorre quando o responsável ocupa o lugar do contribuinte em função de um determinado evento que desloca (transfere) o dever de recolher o tributo para um terceiro selecionado pela lei.
- E) Os devedores solidários podem ser determinados pela lei, ou ainda serem pessoas que possuam interesse comum na situação, como um casal que possui um imóvel de forma conjunta, sobre o qual incide IPTU. Nessa situação, o município não poderá cobrar o imposto de apenas um dos cônjuges, deve cobrar de ambos concomitantemente.

QUESTÃO 100

Um empresário resolve eleger como domicílio tributário ativo uma das filiais de sua empresa, que se encontra fechada pela vigilância sanitária, para, dessa forma, evitar receber as notificações fiscais. Nesse caso, caberá ao fisco

- A) considerar, de ofício, como domicílio tributário do contribuinte ou responsável, o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- B) recusar o domicílio eleito e considerar como domicílio tributário do contribuinte o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- C) aceitar o domicílio eleito e considerá-lo como o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- D) recusar o domicílio eleito por dificultar a arrecadação do tributo e multar o contribuinte, apenas.
- E) aceitar o domicílio e notificar a empresa em outro local que possua.

ATENÇÃO!

O(A) candidato(a) está **proibido(a)** de **destacar** esta folha com o **gabarito**, sob pena de **eliminação** do processo. Somente o(a) **Fiscal de Sala** está autorizado(a) a fazer isso no momento da saída do candidato(a) em definitivo do Local de Prova.

Gabarito do Candidato

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

EDITAL Nº 01/2022 – Tribunal de Contas do Estado de Alagoas – TCE/AL

7.1 A COPEVE/UFAL divulgará o gabarito preliminar, juntamente com as Provas Objetivas, nos endereços eletrônicos www.copeve.ufal.br e www.fundepes.br, na data especificada no **Anexo III** (26/10/2022), a partir das 20h00.

GABARITO OFICIAL

www.copeve.ufal.br

REALIZAÇÃO



www.ufal.edu.br



Você confia no resultado!

www.copeve.ufal.br



www.fundepes.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS